

# SAÍDAS DE EMERGÊNCIA

CANHAR / PERDER A VIDA NA PERIFERIA  
DE SÃO PAULO

COLEÇÃO  
ESTADO  de SÍTIO

ROBERT CABANES, ISABEL  
GEORGES, CIBELE S. RIZEK e  
VERA DA SILVA TELLES (orgs.)

## CAMINHOS CRUZADOS: MIGRANTES BOLIVIANOS E O TRABALHO INFORMAL NA INDÚSTRIA DE CONFECÇÕES EM SÃO PAULO

Carlos Freire da Silva

Este texto discute a situação de trabalho dos bolivianos no setor de confecções em São Paulo. Procuramos analisar como as mudanças que ocorreram nesse setor colaboraram para que o fluxo migratório assumisse as dimensões e as características que tem hoje. A indústria de confecções é um dos setores mais tradicionais da indústria de transformação da cidade e tem uma relação histórica com o processo de urbanização de partes das zonas leste e norte. Também está entre aqueles que mais empregam mão de obra no município. No fim dos anos 1980 e, principalmente, no decorrer dos anos 1990, a produção de vestuário passou por um processo de transformação profunda, com a intensificação das terceirizações na gestão da mão de obra. O número de empregos formais diminuiu de maneira drástica, passando de 180 mil em 1988 para apenas 80 mil em 2000<sup>1</sup>. Esses números não refletem uma perda de dinamismo do setor, uma suposta transferência em massa das empresas ou da cidade, nem mesmo algum tipo de implemento tecnológico poupador de mão de obra. Ainda hoje, esse é um dos segmentos da indústria de transformação que mais emprega na cidade e foi um dos que mais se destacaram nos últimos anos: São Paulo concentra um terço da produção nacional e constitui um dos maiores aglomerados mundiais do setor<sup>2</sup>. Assim, oficinas de costura que prestam serviços terceirizados a confecções do Brás e do Bom Retiro (regiões mais próximas do

<sup>1</sup> Marcio Pochmann, *Atlas da exclusão social: os ricos no Brasil* (São Paulo, Cortez, 2004).

<sup>2</sup> Branislav Kontic, *Inovação e redes sociais: a indústria da moda em São Paulo* (Tese de Doutorado, São Paulo, Depro. de Ciências Sociais da FFLCH, USP, 2007).

centro da cidade, onde se concentram as empresas formalmente constituídas) difundiram-se pela periferia da cidade, sobretudo em partes específicas das zonas leste e norte, fazendo aumentar o peso de trabalho informal no setor.

Podemos falar em uma afinidade entre o crescimento do mercado de trabalho informal e o crescimento das imigrações irregulares. Em primeiro lugar, esses imigrantes têm um espaço de atuação restrita no mercado e suas oportunidades de inserção na vida econômica das cidades que os recebem costumam ser limitadas; em segundo lugar, a reestruturação das atividades produtivas fez crescer a demanda por trabalhos mal remunerados e abaixo das restrições trabalhistas, nos quais os imigrantes sem documentos são empregados em geral; e, por fim, o aumento da circulação mundial de pessoas, mercadorias e dinheiro criou uma série de oportunidades para negócios baseados nessas transações transnacionais e nas vantagens comparativas entre os países.

No Brasil, o tema das imigrações clandestinas ainda é pouco discutido, até porque o país envia mais migrantes do que recebe<sup>3</sup>. A relação com o mercado de trabalho informal só foi pensada do ponto de vista das migrações internas e da formação de um excedente de mão de obra nacional nos processos de urbanização. No entanto, em grandes cidades como São Paulo, a imigração irregular e a inserção desses grupos em mercados informais começa a ganhar importância, mesmo num contexto em que existe um amplo excedente de mão de obra nacional. O fato é que muitas das questões apresentadas acima começam a assumir dimensões urbanas relevantes para a cidade, como no caso dos imigrantes bolivianos.

Desde meados dos anos 1980 intensificou-se o fluxo de imigrantes bolivianos para São Paulo. Eles se tornaram rapidamente o maior grupo de imigrantes latinos na cidade. Essas imigrações não podem ser explicadas apenas pelas diferenças econômicas entre Brasil e Bolívia; isso não explica o porquê de certos destinos ou a ligação com atividades específicas. No caso dos bolivianos, podemos notar que a imigração mais recente está estreitamente vinculada ao circuito das confecções. A hipótese considerada aqui é de que as mudanças no setor de confecções deram o impulso para que esse fluxo migratório ganhasse o peso que tem hoje. Há uma relação entre as

mediações utilizadas pelos imigrantes para deixarem seu país e sua vinda a São Paulo para atuar no setor de confecções. Esses imigrantes não são imigrantes que, já aqui, são empregados por coincidência nas confecções. Eles já vêm da Bolívia com um destino certo de trabalho. Ou vêm atrás de familiares que já trabalham com costura, ou os próprios donos de oficinas de costura tratam de sua viagem. Podemos dizer que a intensificação desse fluxo migratório está associada às mudanças no setor das confecções em São Paulo e acompanha seu desenvolvimento recente, ou seja, é pelas vias desse circuito e pelas redes que se estruturaram a partir dele que se faz, em parte, a mediação pela qual ocorre essa grande afluência.

#### Agenciamentos migratórios: circuitos cruzados

Rosa, quarenta anos, é boliviana e chegou ao Brasil no fim da década de 1980. Estabeleceu-se no Brás nos primórdios dessa grande afluência de imigrantes bolivianos. Seu irmão já estava aqui, foi o primeiro da família a vir para a cidade de São Paulo. Ele chegou alguns meses antes, atraído por um anúncio de emprego numa fábrica de chinelos que viu ainda na Bolívia. Contratando a viagem irregular e pagando aos atravessadores, o emprego estava em tese garantido. Já na capital paulista, depois que procurou pelo endereço que lhe deram, descobriu que o anúncio era falso, não havia emprego em nenhuma fábrica de chinelos. Tratava-se de um golpe. Desempregado, sem dinheiro para voltar e sem referências numa cidade desconhecida, ele teve de morar nas ruas do centro. A saída dessa situação surgiu por aquele que depois viria a ser o marido de Rosa, um compatriota que ele conheceu na rua e que o convidou para tentar um emprego na oficina de costura de coreanos onde trabalhava, no Brás.

Nascida na região de Cochabamba, Rosa trabalhava no campo com os pais antes de mudar-se para a cidade. Com o irmão no Brasil, ela viu a possibilidade de imigrar e, aqui, conseguir conciliar o estudo com o trabalho nas confecções. O modo como chegou ao país foi bem diferente de seu irmão. A imigração foi agenciada pelos coreanos para quem ela trabalharia, ou seja, sua viagem foi financiada por seus futuros empregadores. Primeiro, ela partiu para Santa Cruz, onde pegou um trem até Puerto Suarez; lá, atravessou a fronteira com o Brasil e, em Corumbá, pegou um ônibus até São Paulo. Sua jornada durou quinze dias. Nos primeiros meses, ela trabalharia apenas para pagar a viagem. Nesse período, também aprenderia

<sup>3</sup> Neide Patarra, "Migrações internacionais de e para o Brasil contemporâneo: volumes, fluxos, significados e políticas", *São Paulo em Perspectiva*, v. 19, n. 3, jul./set. 2005, p. 23-33.

a trabalhar com costura, já que não tinha experiência com o ofício. Segundo ela, a intermediação dos coreanos não teria o Brasil como único destino: a migração clandestina de bolivianos também tem se dirigido para a Argentina e até mesmo para a Europa.

Desde que chegou a São Paulo, Rosa nunca conseguiu realizar seu objetivo de estudar e completar sua formação básica. Estabeleceu-se no Brás com o irmão; trabalhavam e moravam no mesmo lugar, pagando aluguel para os coreanos. As jornadas eram de doze a quinze horas por dia, às vezes mais. Na oficina em que trabalhava, Rosa conheceu seu marido. O casal lançou-se então num empreendimento familiar e montou sua própria oficina de confecção. Depois de pagar aluguel na região do Brás, compraram em sociedade com a família do irmão um terreno no distante distrito de Guaianases, longe, porém barato e ainda dentro do perímetro de circulação das encomendas de costura. O pai de Rosa, pedreiro, veio da Bolívia para construir as casas. No fundo do terreno, foi construído um cômodo para o funcionamento da oficina de costura. Investiram na compra de máquinas de costura, mas também contaram com máquinas emprestadas pelos próprios coreanos. No fim da década de 1990, mudaram-se do Brás para Guaianases.

Outros bolivianos trabalhavam na oficina, além dos parentes de Rosa. Foram trazidos diretamente da Bolívia. Em 2004, quando a visitamos, havia oito pessoas. Jovens entre vinte e trinta anos, de ambos os sexos, todos morando na própria oficina; sua chegada ao país variava de quatro meses e dois anos. Poucos sabiam falar algumas palavras em português. Entre estes, Renato, que já havia estado em São Paulo em outra ocasião, disse que chegou a trabalhar nos mais diferentes tipos de emprego na Bolívia: pedreiro, mecânico, eletricitista etc., mas, desde que chegou ao Brasil, nunca conseguiu se empregar fora do setor de confecções. Seu plano era permanecer mais alguns meses para juntar dinheiro e voltar para a Bolívia. Um outro, Ronaldo, pregava bolsos de calças numa máquina de costura. Disse que estava aprendendo, ainda não sabia trabalhar na máquina de overloque, em que o preço pago por peça costurada era maior. Estava no país havia apenas quatro meses e não tinha experiência anterior com esse tipo de trabalho na Bolívia.

Esses caminhos e seus agenciamentos estão presentes em muitas trajetórias de imigrantes bolivianos que vivem em São Paulo. Os casos de Rosa e das pessoas que ela trouxe para trabalhar em sua oficina mostram um mecanismo que confere toda uma particularidade a esse processo migratório em que se associam viagem, trabalho e moradia.

As estimativas sobre o número de imigrantes bolivianos na cidade variam muito e são bastante imprecisas. Enquanto a Pastoral do Migrante e o Centro de Apoio ao Migrante estimam algo entre 60 e 80 mil imigrantes bolivianos, os jornais chegam a cogitar 150 mil pessoas. As informações oficiais datam ainda do censo demográfico de 2000 e seriam apenas 7722 pessoas<sup>4</sup>. Mesmo para esse período, os dados oficiais do censo parecem subestimar o total da população boliviana na cidade, o que aponta para as dificuldades para mensurar o fenômeno da imigração irregular. Assim como o trabalho informal, a imigração irregular não parece ser facilmente enquadrada pelas categorias estatísticas. O fato é que esse fluxo migratório já ganhou dimensões urbanas relevantes, a ponto de chamar a atenção para os aspectos qualitativos dessa dinâmica.

O fluxo migratório de bolivianos para a cidade de São Paulo teve início ainda na década de 1950. Nessa época, as características da migração eram muito diferentes. Os primeiros imigrantes bolivianos eram estudantes que vinham completar seus estudos e acabavam ficando na cidade como profissionais liberais. Muitos vieram por motivos políticos, pelas sucessivas crises governamentais e intervenções militares que o país enfrentou entre 1960 e 1970. Portanto, esses primeiros imigrantes tinham um perfil diferente dos mais recentes, além de serem em quantidade menos expressiva. A maioria era de classe média, com formação superior, e muitos se destacaram aqui como médicos, dentistas, contadores e advogados. A própria possibilidade de inserção no mercado de trabalho brasileiro também era outra, pois o país passava por um momento de crescimento industrial vigoroso. A partir de meados dos anos 1980, o perfil dos imigrantes bolivianos começa a mudar, passando para um padrão de mão de obra pouco qualificada, em busca de trabalho e em quantidade bem maior, que ingressa no país de forma clandestina.

As transformações econômicas na década de 1980 na Bolívia ajudam a entender a mudança de perfil dos imigrantes. Segundo Sidney A. da Silva, dois fatores teriam colaborado para intensificar as emigrações: a crise no setor mineiro, principal atividade econômica do país que acabou gerando certa desproletarização do mercado de trabalho; e uma reforma agrária cujo efeito foi a evasão do campo e o inchaço das cidades num processo de urbanização que não foi acompanhado de industrialização e de um mercado de

<sup>4</sup> Fonte: Censo 2000, FIBGE.

trabalho estável<sup>5</sup>. Para ele, foi nesse período que a população urbana ultrapassou a população rural na Bolívia; mas como as cidades não ofereciam muitas perspectivas (altos índices de desemprego e instabilidade econômica), muitos bolivianos começaram a emigrar. De fato, a Bolívia se tornou um país fornecedor de migrantes. A emigração ganhou tamanho peso no país que hoje se estima que 20% da população viva no exterior; de acordo com o Ministério das Relações Exteriores da Bolívia, o país teria 8 milhões de habitantes e 2 milhões de migrantes espalhados pelo mundo<sup>6</sup>.

No entanto, essas mudanças internas não são suficientes para explicar o processo migratório; não se trata apenas das diferenças econômicas da Bolívia em relação aos países que recebem seus migrantes. No caso de São Paulo, isso não explicaria as particularidades da migração atual, a vinculação dos bolivianos a um setor específico de mercado e até o padrão de dispersão desses bolivianos pela cidade. É importante levar em conta quais condições em São Paulo criaram os canais específicos para a atuação desses imigrantes na cidade. Nesse sentido, os caminhos cruzados entre a migração boliviana e a migração coreana parecem ter desempenhado um papel importante.

Segundo a historiadora Keum Choe, os primeiros coreanos vieram para o Brasil em 1962, depois de um acordo entre os dois governos<sup>7</sup>. A princípio, viriam para trabalhar no campo, mas muitos logo se mudaram para São Paulo. Na cidade, trabalharam primeiro no comércio varejista; à medida que o fluxo migratório crescia, muitos passaram para o setor de confecções, produzindo artigos de vestuário populares. Alguns já trabalhavam nesse

setor antes de deixar seu país: “[...] quando os imigrantes da década de 1970 chegaram, trouxeram consigo capital. Alguns daqueles que trouxeram uma quantidade maior de capital se estabeleceram desde logo no ramo de confecções, dando continuidade aqui ao que faziam na Coreia”<sup>8</sup>.

O sucesso do grupo foi expressivo, pois contavam com um sistema próprio de financiamento<sup>9</sup> e relações privilegiadas com empresários da Coreia do Sul, atuando depois como importadores de tecidos sintéticos<sup>10</sup>. Além disso, utilizavam mão de obra irregular, empregando os próprios compatriotas que chegavam à cidade. A Argentina também foi destino dos imigrantes coreanos e lá muitos também se estabeleceram na produção de vestuário. O governo brasileiro chegou a impor restrições à migração coreana na década de 1970, mas muitos entraram clandestinamente pela Bolívia – e alguns até se estabeleceram por lá, também no setor de confecções. Segundo Choe, havia até agenciadores coreanos, os chamados *brokers*, que garantiam as condições de viagem e, sobretudo, a passagem pela fronteira entre Bolívia e Brasil<sup>11</sup>. Mas o Brasil também serviu de escala para muitos coreanos que tinham os Estados Unidos como destino final. Mesmo longe, os coreanos mantêm os vínculos com sua terra natal: valem-se do desenvolvimento da indústria têxtil e da indústria de máquinas de confecção coreanas, assim como do financiamento baseado no sistema Kye, para se estabelecer nos principais centros de produção de vestuário do mundo.

O fato é que esses dois fluxos de migrantes, que em momentos distintos se dirigiram para a cidade de São Paulo, cruzam-se e articulam-se em torno do desenvolvimento do setor de confecções. O circuito que serviu a princípio para a migração dos coreanos foi utilizado também para a migração dos bolivianos, cada qual com lugares distintos na cadeia produtiva. Vemos a formação de agenciamentos que cruzam fronteiras, concentram-se na cidade

<sup>5</sup> Sidney A. da Silva, *Costurando sonhos: trajetória de um grupo de imigrantes bolivianos que trabalham no ramo da costura em São Paulo* (São Paulo, Paulinas, 1997).

<sup>6</sup> O discurso de Evo Morales na edição comemorativa dos cinquenta anos da imigração boliviana para São Paulo da revista do Centro Pastoral do Migrante é bem significativo em relação ao peso que a emigração tem para o país: “*Mais da metade dos bolivianos tem algum parente que vive no estrangeiro. Sabemos que vocês são reconhecidos pela honestidade e pelo trabalho, por isso quero expressar meu reconhecimento e minha admiração por seu trabalho. Obrigado, bolivianas e bolivianos por levar com orgulho, valentia e dignidade o nome da nossa querida terra. Não duvidem do nosso esforço. Da Bolívia, continuaremos trabalhando, lutando para que seus direitos sejam reconhecidos em todo o mundo, queridos irmãos e irmãs*” (grifo meu).

<sup>7</sup> Keum Choe, *Além do arco-íris: a imigração coreana no Brasil* (Dissertação de Mestrado, Depto. de História da FFLCH, USP, São Paulo, 1991).

<sup>8</sup> *Ibidem*, p. 98.

<sup>9</sup> “Na base das atividades dos coreanos no Brasil existe o Kye, que é uma forma de assistência mútua, um tipo de consórcio financeiro, transplantado da Coreia para o Brasil. O Kye sempre foi considerado parte integrante da vida do povo coreano. É uma formação cooperativa tão impregnada na cultura coreana que existe onde quer que haja uma colônia coreana” (*ibidem*, p. 151).

<sup>10</sup> Branislav Kontic, *Aprendizado e metrópole: a reestruturação produtiva da indústria do vestuário em São Paulo* (Dissertação de Mestrado, São Paulo, Depto. de Ciências Humanas da FFLCH, USP, 2001).

<sup>11</sup> Keum Choe, *Além do arco-íris...*, cit., p. 111.

e põem em movimento dinâmicas que se formam em torno da produção do setor. Os coreanos despontaram sobretudo na década de 1990; são considerados atores fundamentais na reestruturação desse setor que, após a estagnação econômica dos anos 1980, a competição resultante da abertura econômica e um começo de década ruim sob o governo Collor, já vinha em processo de mudança<sup>12</sup>. A indústria de vestuário se reergueu e assumiu papel de destaque na economia do município, sendo hoje um dos setores que mais agrega valor na indústria de transformação da cidade<sup>13</sup>. Do mesmo modo, foi justamente nesse período que houve um grande salto na migração de bolivianos, acompanhando as oscilações do mercado.

Hoje, a migração de bolivianos ganhou densidade e dinâmica própria, mas continua muito vinculada às confecções. Os coreanos não são os únicos a se valer do trabalho das oficinas de costura dos bolivianos; eles prestam serviços de costura terceirizada a praticamente todos os segmentos da indústria de confecções e aos grupos que aruam como produtores, como judeus, libaneses, brasileiros e os próprios bolivianos. Aqueles que já se estabeleceram na cidade funcionam como referência e apoio para que outros venham. Quando conseguem montar sua própria oficina, mobilizam redes de proximidade para trazer parentes, amigos e conhecidos para trabalhar com costura. Em alguns casos, os donos das oficinas aproveitaram o período de baixa das encomendas para visitar sua terra natal e, quando há necessidade de expandir a produção de suas oficinas, voltam com mais pessoas.

Assim, de alguma forma a viagem é mediada. É raro alguém que venha sem saber que lugares deve procurar e que contatos deve estabelecer. Os imigrantes entram irregularmente pela fronteira ou com documentos falsos, ou com visto de turista, e em geral já vêm com indicações sobre o local de trabalho. Há todo um mercado irregular criado para facilitar a imigração clandestina, responsável pela falsificação de documentos, compra de vistos ou corrupção de fiscais de fronteira. Esse mercado irregular se forma justamente por causa da dificuldade de imigrar de maneira regular e transforma-se em mais um nicho de exploração econômica. Os

custos com as passagens, a travessia da fronteira e a viagem até a cidade de São Paulo exigem recursos e investimentos. Na maioria dos casos, estes são providenciados pelos futuros empregadores em troca dos primeiros meses de trabalho.

Os agenciamentos que vemos em torno da imigração boliviana articulam lugares distintos através da fronteira política, contornam as regulamentações do Estado e criam canais de circulação de pessoas, mercadorias e dinheiro. Tais agenciamentos têm na cidade de São Paulo um ponto de ancoragem fundamental que é a indústria de confecções. Podemos dizer que são formas particulares de circulação que se conectam com formas específicas de produção, uma mobilidade que é acionada pela demanda por trabalho subcontratado, característico desse setor da indústria paulistana. Por um lado, esses agenciamentos facilitam o processo de imigração, estabelecendo mediações para que ela ocorra; mas, por outro, envolvem riscos que se distribuem desigualmente. Os imigrantes sem documentos vivem sob a ameaça constante da imigração irregular em si, o que os deixa em situação frágil, sem muita possibilidade de se defender da exploração extrema de seu trabalho, sujeitos a multas e deportação; e seus empregadores diretos podem pagar multa ou até ser presos pelas condições em que mantêm seus empregados e responsabilizados pela promoção da imigração irregular.

#### Transformações da indústria e a inserção dos migrantes bolivianos

Como dissemos, a indústria de confecções sofreu um processo de reestruturação em que houve uma descentralização da confecção dos artigos de vestuário. A produção passou a depender da interação entre empresas com características distintas e *status* desiguais no mercado, na qual o controle dos momentos estratégicos da produção é o que estabelece uma hierarquia entre elas. As empresas confeccionistas formalmente constituídas do Brás e do Bom Retiro reduziram suas plantas industriais e concentraram-se na criação, modelagem, corte e comercialização do produto final. A costura, etapa mais intensiva do trabalho, foi terceirizada. As empresas confeccionistas abandonaram o padrão de produção em grande escala de uma mesma série de artigos e adotaram a terceirização como estratégia de gestão de mão de obra para lidar com uma produção diversificada, de séries em menor escala que mudam constantemente, conforme as tendências da moda.

<sup>12</sup> Branislav Kontic, *Aprendizado e metrópole...*, cit.; Renato Garcia e Juan Cruz Moreira, "O complexo têxtil-vestuário: um cluster resistente", em Álvaro Comin (org.), *Caminhos para o centro: estratégias de desenvolvimento para a região central*, cit.

<sup>13</sup> Idem, *Inovação e redes sociais...*, cit.

Nesse processo, houve uma proliferação de oficinas de costura informais nos bairros em que viviam ex-operárias das fábricas; elas montaram suas oficinas como alternativa ao desemprego. Por meio das encomendas de costura, estabeleceu-se uma dinâmica que vincula muito concretamente o Brás e o Bom Retiro a alguns bairros das zonas leste e norte da cidade. As mulheres se organizam entre si e mobilizam suas redes para dar conta dos pedidos e tentar garantir encomendas futuras, o que define um perímetro urbano por onde circulam essas mercadorias. A inserção maciça dos bolivianos na indústria de confecções ocorre justamente por meio dessas encomendas de costura.

Um dos fatores que ilustram essa relação expressa-se na coincidência dos lugares onde eles se concentram e das redes por que passa esse circuito. A região do Brás e do Bom Retiro, onde se localiza a maioria das fábricas de roupas da cidade, concentra a maior parte desse grupo de imigrantes. Suas oficinas de costura não são exatamente vizinhas dessas empresas, mas ficam em áreas próximas ou bairros adjacentes (como Belenzinho, Cambuci, Pari e Canindé, onde o aluguel é mais barato) e em áreas de cortiços e prédios ocupados da região central da cidade. Também estão presentes na periferia, em bairros que têm uma relação histórica com os primeiros polos industriais da cidade e concentram as ex-costureiras das fábricas. Destaca-se, em especial, a zona leste: as encomendas de costura circulam entre as oficinas dos bolivianos e das ex-operárias das fábricas, nos distritos de Penha, Itaquera, Guaianases, Lajeado e Cidade Tiradentes. Além disso, estão presentes na zona norte, nos bairros da Casa Verde, Vila Maria e Vila Guilherme. Durante esta pesquisa, foram citados vários lugares onde há grandes concentrações de bolivianos, todos com alguma ligação com o circuito têxtil. Na região de Guaianases, por exemplo, mais especificamente no distrito de Lajeado, a presença de imigrantes bolivianos é tão significativa que um de seus bairros é conhecido como “o bairro dos bolivianos”. Vemos isso acontecer também na região metropolitana, como em Guarulhos e Santa Isabel, e mesmo no interior do Estado, como em Bauru e Americana, acompanhando a dispersão da indústria de confecções. São redes que, além de mediar a imigração, também articulam trabalho e moradia.

Em relação à dinâmica das encomendas e do ritmo de trabalho, as oficinas de costura dos bolivianos não diferem muito das oficinas de costura das ex-operárias das fábricas. Assim como elas, recebem o tecido cortado e têm prazo para confeccionar as peças. São remunerados de acordo com a

produtividade, e o volume das encomendas é flutuante. A capacidade de agregar outras pessoas para garantir que as encomendas sejam entregues no prazo e com a qualidade necessária é o que caracteriza essa dinâmica e dá um aspecto urbano a essas formas de mobilização do trabalho. É plausível que as oficinas de bolivianos trabalhem por preços menores e aceitem prazos mais curtos, mas não foi possível averiguar essa hipótese durante nossa pesquisa. Não nos parece possível associar o trabalho das oficinas dos bolivianos apenas à produção de roupas populares, de menor qualidade e valor, distribuídas no comércio ambulante. A maioria das oficinas de costura e empresas confeccionistas trabalha com artigos populares, mas peças de maior valor, ligadas à produção de moda, também circulam em ambos os tipos de oficina. O que podemos notar em relação às oficinas dos bolivianos é que, diferentemente das outras, a questão do gênero não se coloca da mesma forma: não há predominância de mulheres, os homens também estão presentes e, em alguns casos, parecem ser maioria. Outra grande diferença são as formas de permanência dos trabalhadores nas oficinas e as poucas alternativas dos migrantes ao trabalho com costura.

A comparação entre as trajetórias de dois imigrantes bolivianos pode esclarecer essas diferenças. No primeiro caso, temos Alonso, 44 anos, que reside com sua família no bairro do Brás desde 1984 e foi dono de uma oficina de costura. Veio para a cidade com recursos próprios e não se empregou diretamente nas oficinas de costura, mas sim como mecânico. Sua mulher já estava aqui e trabalhava como empregada doméstica. Não teve problemas para regularizar sua situação no país depois do nascimento de seus filhos. Por indicação de outros bolivianos que já estavam na cidade, ele e a mulher começaram a trabalhar como costureiros na oficina de um coreano. No início dos anos 1990, ele já era dono de sua própria oficina; comprou algumas máquinas, emprestou outras e trabalhava em casa com a esposa. Mas ele nos conta que muitos coreanos e bolivianos saíram do país naquele período. Em 1992, as encomendas diminuíram drasticamente por causa da crise econômica no Brasil. Ele teve de vender parte de suas máquinas e perdeu muito dos bens que tinha conseguido acumular. Deixou a esposa e os filhos na cidade e foi a Buenos Aires para trabalhar como costureiro na oficina de um coreano. A Argentina passava por um momento próspero no setor de confecções e ele conhecia alguns bolivianos que trabalhavam por lá. Ficou um ano e enviava de duzentos a trezentos dólares por mês para a esposa; o câmbio aumentava ainda mais as perspectivas de ganho. O dinheiro que acumulou foi aplicado em sua oficina.

Quando voltou para São Paulo, Alonso retomou as atividades da oficina com sua família. Os negócios iam bem, apesar de algumas empresas não pagarem devidamente pelo serviço, o que o deixava em situação difícil com seus costureiros. Os calotes são comuns nesse circuito e geram um efeito em cascata. Em 1998, porém, Alonso enfrentou outro tipo de problema. Ele recebeu uma grande encomenda:

Aí chegou um coreano que falou: “Alonso, você tem gente?”. “Eu tenho gente, tenho costureiros”. “Alonso, eu fiz o negócio da minha vida”, era meu amigo esse coreano. “O que você fez?”. “Olha, eu renho que entregar essas 5 mil bermudas”, eram 5 mil bermudas, porque ele vendeu uma bermuda, uma unidade, ele vendeu e aí fizeram um pedido de 5 mil. Ele falou: “Vão te pagar as bermudas, eu gostei porque vão ser importadas para a Europa, e eu preciso delas em uma semana”. Eu falei: “Poxa vida, eu não renho condições de fazer 5 mil bermudas em uma semana”. “Alonso, faz 4 mil”. “4 mil eu posso, eu posso fazer 4 mil, tenho 10 costureiros”. “Tá bom, então você vai fazer 4 mil bermudas e mil eu mando costurar em outro lugar.” “Olha, hoje eu te pago uma bermuda a 1 real, mas eu vendi a bermuda para aquele cara pelo dobro do preço, e eu não vou ganhar sozinho, se eu te pagava 1 real antigamente, hoje eu vou te pagar 2 pela mesma bermuda”. “Poxa, pra mim, ótimo. Poxa, 2 reais. Vamos, então eu faço as 4 mil bermudas, eu faço meus costureiros trabalhar mais.” “Toma, Alonso, eu vou te dar um adianro”, ele me deu um bom dinheiro de adianto.

Os costureiros também receberiam dobrado (oitenta centavos por peça), mas teriam de trabalhar mais que o habitual para dar conta da encomenda. Houve um primeiro momento de euforia e Alonso levou todos para comemorar o bom negócio. Mas, passados dois dias, os costureiros anunciaram que não trabalhariam mais na oficina, não tinham se acostumado com o serviço e, quando encontrassem outro lugar para trabalhar, sairiam da casa. Depois de discutir com os costureiros, Alonso acertou o que devia aos funcionários e expulsou-os de casa. Ele não conseguiu entregar as encomendas e acabou se endividando com os fornecedores, teve de vender suas máquinas e decidiu abandonar o trabalho com costuras. Agora, dedica-se ao restaurante de comidas típicas bolivianas que montou com a esposa, faz entrega de encomendas entre as oficinas e tem uma barraca de alimentos na feira da praça Kantuta, onde a comunidade boliviana se reúne todos os domingos.

No segundo caso, temos Dolores, 38 anos. Ela está na cidade desde 2003. Depois que se separou do marido, veio para São Paulo com os quatro filhos, que na época tinham entre dois e doze anos, e estava grávida do quinto. Foi uma tia, dona de uma oficina de costura em Guaianases, quem

a trouxe. Dolores contraiu uma dívida de 1500 reais para custear a viagem. A princípio, morava em um cômodo da casa da tia, e nove pessoas trabalhavam com ela na oficina. Já tinha experiência com esse tipo de trabalho em La Paz e tinha até um curso técnico de costura, em que aprendeu a lidar com máquinas industriais de diversos tipos. No entanto, não conseguia apresentar boa produtividade. Ganhava entre 130 e 150 reais por mês, enquanto os outros ganhavam mais. Não conseguia conciliar o trabalho e o cuidado com os filhos, sentia-se pressionada pelos colegas e pela própria tia, que a acusava de preguiçosa. Dolores e os filhos não recebiam mais comida e ela teve de comprar um fogão e cozinhar por sua conta. Quando quitou a dívida, depois de um ano e meio de trabalho, resolveu sair da casa da tia. Outra tia, que também morava em Guaianases, ofereceu-lhe de favor uma casa de dois cômodos inacabados.

Sair das oficinas de costura não é uma alternativa fácil para os migrantes bolivianos. A única forma de sustento que Dolores encontrou foi recolher material reciclável no lixo com os filhos. Ela até conseguiu trabalho em outras oficinas de costura na vizinhança, inclusive com brasileiros, mas não podia se dedicar à costura como era exigido. Foi então que sua filha mais velha, com apenas treze anos, começou a trabalhar nas oficinas de costura. Era ela quem garantia a maior parte do sustento da casa e chegou a ganhar uma máquina de costura usada como pagamento. Hoje, com dezesseis anos, continua trabalhando com costura. Outro filho, de treze anos, toma conta de carros por alguns trocados e é responsável por levar os irmãos à escola e buscá-los. Dolores compra retalhos e faz bolsas no tempo livre que tem em casa; sai todos os dias de casa às três horas da manhã para revendê-las na feira da madrugada no Brás, onde vendedores ambulantes vendem produtos no atacado e no varejo e pequenos produtores conseguem distribuir suas mercadorias para revendedores do comércio informal. No fim da tarde, Dolores vende doces como ambulante numa estação de trem. Cestas básicas e a solidariedade dos vizinhos ajudam a garantir o sustento todos os meses.

A capacidade das oficinas de atender às encomendas depende basicamente de sua habilidade para manter os trabalhadores. A forma como elas fazem isso acaba gerando um controle sobre as condições de vida dos empregados. Assim, o que diferencia as oficinas de costura dos bolivianos das oficinas das ex-operárias das fábricas é a maneira como os trabalhadores são recrutados, via migração, e esse controle sobre sua vida. Forma-se um circuito de

dominação e exploração econômica, baseado na relação ampliada entre imigração irregular, moradia e trabalho. E ele começa com o endividamento pelo custeio da viagem, que garante a permanência do imigrante na oficina enquanto a dívida não for quitada. Silva argumenta que esse financiamento estabelece uma relação de dependência entre empregador e empregado, do qual se exige fidelidade – quem abandona o patrão que o trouxe é considerado traidor e ingrato<sup>14</sup>. Segundo ele, o financiamento da viagem criaria tal comprometimento com a permanência na oficina que os empregadores preferem buscar seus trabalhadores diretamente na Bolívia a contratar bolivianos que já estão na cidade.

A condição de imigrante irregular também é um elemento importante nessa relação. Ela dificulta e restringe a mobilidade para outros segmentos do mercado de trabalho, de modo que não há muitas opções, além das confecções ou outros trabalhos informais, como o de vendedor ambulante, que já aparece como a segunda maior ocupação dos imigrantes bolivianos na cidade. Além disso, provoca uma insegurança constante: o imigrante tem medo de transitar pela cidade e ser pego pela polícia, ter de pagar multas ou mesmo ser deportado. Há ainda outros problemas, como a dificuldade para alugar um imóvel, abrir conta em banco e ter acesso aos serviços públicos de saúde e educação. Dentro das oficinas, isso é usado para pressionar o trabalhador a não mudar de emprego. Por fim, a situação de clandestinidade altera as relações de trabalho, porque impossibilita a intervenção de um agente público nos litígios. Assim, os litígios trabalhistas assumem a forma de um conflito pessoal entre empregador e empregado. A dependência dos imigrantes em relação ao patrão é maior por causa de sua situação irregular.

Por último, um dos fatores mais problemáticos dessa relação é os empregados morarem e trabalharem no mesmo lugar, às vezes disputando espaço até com as máquinas de costura. Os patrões oferecem hospedagem, o que, por um lado, facilita a chegada dos imigrantes sem documentos, mas, por outro, amplia as relações de exploração. Há situações em que até a alimentação é fornecida pelo dono da oficina. Isso pode gerar descontos no pagamento ou contar como parte da remuneração, passando por uma das supostas “vantagens” propagandeadas na Bolívia sobre o trabalho em São Paulo. O fato de morar no próprio local de trabalho é muito relevante. Os limites do tempo de trabalho são menos nítidos, há uma confusão entre

<sup>14</sup> Sidney A. da Silva, *Costurando sonhos...*, cit., p. 121-4.

trabalho e vida doméstica. Às vezes, quando as encomendas são urgentes, o tempo de trabalho é determinado pela resistência física das pessoas. Além disso, os ganhos dependem diretamente do desempenho do trabalhador. Seus rendimentos podem ser afetados tanto pela falta de encomendas quanto por sua baixa produtividade, seja por não ter experiência com costura, seja por estar impossibilitado de trabalhar por motivos de saúde. Essas dificuldades podem significar um novo endividamento. Mesmo quando a moradia não é cobrada, espera-se certa produtividade que compense a hospedagem. É uma relação de trabalho individualizada, que leva em conta o desempenho produtivo de cada um. Portanto, o controle sobre as condições de vida do trabalhador reflete-se diretamente nas formas de controle sobre o trabalho. Nem todos moram em seu local de trabalho, mas essa associação é comum e leva a situações extremas de exploração, por exemplo trabalho forçado e situações análogas à escravidão, como mostram a imprensa e o Ministério Público do Trabalho.

Se no começo as oficinas eram predominantemente de coreanos, hoje elas são predominantemente de bolivianos, embora ainda prestem serviço aos coreanos. Depois de adquirir experiência com os coreanos, os bolivianos abrem suas próprias oficinas e trabalham por encomenda. Às vezes, seus antigos empregadores lhes emprestam as máquinas, e essa transferência de propriedade tem sua razão de ser. Com o aumento da fiscalização, ser o dono da oficina pode ser desvantajoso. O fato de os bolivianos montarem suas próprias oficinas evita uma série de possíveis problemas jurídicos para os contratantes. Em termos gerais, eles passam a ter uma relação de prestação de serviços com as oficinas e não mais de trabalho com os empregados. A subcontratação descaracteriza a relação de trabalho, de modo que quem contrata o serviço não é responsabilizado<sup>15</sup> pelas condições dos trabalhadores.

Esse é um dos principais fatores para o desenvolvimento dessa forma de trabalho: a não responsabilização jurídica das empresas que contratam os serviços. As oficinas e seus trabalhadores dependem das empresas, e as con-

<sup>15</sup> Essa questão tem levado a discussões conjuntas no Ministério Público do Trabalho e na Delegacia Regional do Trabalho sobre as implicações da subcontratação para a caracterização legal da relação de trabalho. Nesse caso, cogita-se o princípio do responsável subsidiário, em que, na falta do empregador direto, a empresa que se beneficia da prestação de serviço deve cumprir as exigências trabalhistas. Outro ponto discutido por ambos é o caráter irregular dessas subcontratações, pois terceirizar as atividades-fins que constam na razão social de uma empresa é ilegal.

dições de trabalho que elas criam refletem as exigências de produtividade impostas pelas encomendas. Essas práticas não se restringem à produção de arrigos populares: empresas que produzem para marcas ligadas ao circuito da moda e grandes redes varejistas também se valem desses expedientes de trabalho. O efeito que isso pode ter sobre as empresas que se beneficiam indiretamente do trabalho das oficinas não é propriamente jurídico, mas essas denúncias podem afetar sua imagem<sup>16</sup>.

### Conclusão

Essas condições da indústria de confecções não são exclusivas de São Paulo ou mesmo do Brasil. Muitas se repetem no mundo inteiro, e isso inclui os principais centros da indústria de confecções, como Nova York, Los Angeles, Paris e Milão<sup>17</sup>. Seja nas periferias, nos subúrbios ou nas *banlieues*, encontramos uma produção domiciliar baseada no trabalho de imigrantes clandestinos, em sua maioria. E isso não é característico de um seror atrasado, mas justamente de setores que se articulam em escala global e têm cada vez mais importância na economia de suas cidades.

A afinidade entre trabalho informal e imigração clandestina deriva das configurações do capitalismo contemporâneo. As estratégias atuais de reprodução do capital estabelecem formas específicas de mobilidade do trabalho. Vemos que a imigração dos bolivianos para São Paulo está menos ligada à questão da pobreza na Bolívia que a uma forma de desenvolvimento de certo segmento da indústria paulistana. A reestruturação produtiva no setor das confecções deu um grande impulso para que esse fluxo migratório assu-

missem as dimensões que tem hoje, tanto ao criar mediações para a imigração em si quanto para a posterior inserção dos bolivianos na cidade. Uma série de agenciamentos é criada em torno da imigração, articulando lugares distintos através de fronteiras políticas e contornando as regulamentações do Estado para que ocorra essa circulação de pessoas. A própria mobilidade dos imigrantes se transforma em nicho de exploração econômica, pautada em mercados ilícitos para a facilitação da imigração irregular.

Uma vez em São Paulo, a dominação e a exploração econômica nas oficinas de costura se apoiam na relação ampliada entre imigração irregular, trabalho e moradia. Os mesmos fatores que facilitam a imigração, como financiamento da viagem e hospedagem, quando combinados com a situação irregular e as exigências de produtividade, geram uma dependência entre empregados e empregadores que se caracteriza pelo controle das condições de vida dos trabalhadores por seus patrões. Esses elementos podem levar a situações extremas de exploração do trabalho. Mas as empresas que se beneficiam desse tipo de serviço terceirizado e definem seu ritmo de produção não são responsabilizadas juridicamente pelas condições de trabalho nas oficinas.

Isso não quer dizer que a inserção dos bolivianos na cidade esteja restrita a essas formas de trabalho. Graças à grande afluência de bolivianos para São Paulo, surgem outras possibilidades de ocupação, embora muitas sejam informais, como o fornecimento de produtos típicos da Bolívia e outros serviços ligados a essa dinâmica migratória. Esses serviços diversos permitem a manutenção de uma relação estreita com a Bolívia e caracterizam um processo de imigração baseado na multiancoragem de comunidades que atravessam fronteiras nacionais e redes sociais e, com isso, conectam e fazem circular pessoas, mercadorias e dinheiro. Esses traços peculiares das migrações contemporâneas<sup>18</sup> nos permitem entender o sentido dessas experiências migratórias.

A feira da praça Kantuta é uma das principais referências da comunidade boliviana na cidade e atrai centenas de pessoas. É realizada todos os domingos, há pelo menos cinco anos, numa travessa da avenida Cruzeiro do Sul, no Pari. Antes já era realizada em frente à igreja do Pari. No centro da praça, há uma quadra de futebol de salão e um pequeno palco para *shows* e apre-

<sup>16</sup> Segundo o Ministério Público do Trabalho, uma medida adotada quando as diligências apontam essas ligações é o Termo de Ajuste de Condutas, em que as empresas se comprometem a não mais contratar prestadores de serviço que utilizam mão de obra irregular, sob pena de multa em caso de reincidência.

<sup>17</sup> Ver respectivamente: Saskia Sassen, "New York City's Informal Economy", em Alejandro Portes, Manuel Castells e Lauren A. Benton (orgs.), *The Informal Economy: Studies in Advanced and Less Developed Countries* (Baltimore, Johns Hopkins University Press, 1989); Edna Bonnachi, "Asian and Latino Immigrants in the Los Angeles Garment Industry: An Exploration of the Relationship between Capitalism and Racial Oppression", *Working Papers in the Social Sciences*, v. 5, n. 13, 1989-1990; Nancy L. Green, *Du sentier à la 7e avenue: la confection et les immigrants Paris-New York (1880-1980)* (Paris, Seuil, 1998); Vincenzo Ruggiero, *Crime and Markets: Essays in Anti-Criminology* (Oxford, Oxford University Press, 2000).

<sup>18</sup> Alejandro Portes, "Globalization from below", em William P. Smith e Roberto P. Korczenwicz, *Latin America in the World Economy*, cit.

sentações. Vendem-se nas barracas artigos variados e produtos bolivianos, principalmente comidas típicas, mas também artesanato, DVDs e CDs de grupos bolivianos e hispano-americanos.

Na feira também estão disponíveis cartões telefônicos a preços populares para ligações internacionais. Com esses cartões, os imigrantes bolivianos podem manter contato com seus familiares de maneira bem mais fácil. Trata-se de um serviço regular. Em setembro de 2007, um vendedor afirmou que pelo preço de dez reais era possível fazer uma ligação de 21 minutos para La Paz, na Bolívia. Explicou que esses cartões possibilitam ligações para qualquer país, basta ligar de um telefone fixo ou mesmo de um orelhão para o número fornecido pelo cartão ao preço de uma ligação local. Dois anos antes, quando fizemos as primeiras visitas à feira para nossa pesquisa, o serviço funcionava de maneira diferente: uma pessoa com um telefone via satélite fazia as ligações e cobrava por minuto. O serviço era chamado “telefone *truncho*” e atraía filas. Existem estabelecimentos no Brás e no Bom Retiro que trabalham especificamente com pontos telefônicos para atender a comunidade boliviana.

Os jornais direcionados à comunidade boliviana e as rádios comunitárias – que podem ser sintonizadas no Brás, no Bom Retiro e em alguns lugares das zonas leste e norte – anunciam outro tipo de serviço importante: remessas de dinheiro para a Bolívia. As empresas que prestam esse serviço são irregulares. Por 6 a 10% do valor da remessa, fazem transferências por intermédio de contatos do outro lado da fronteira, dispensam as operações bancárias e driblam os controles fiscais. Mesmo sem garantias formais da entrega do dinheiro, o negócio funciona na base da expectativa dessas empresas de que seus serviços continuarão a ser utilizados. Outra forma de enviar dinheiro para a Bolívia é por intermédio de parentes e conhecidos. Visto que 20% dos bolivianos vivem fora do país e mais da metade da população tem algum parente ou conhecido no exterior, essas remessas devem representar um volume considerável dos recursos que ingressam na Bolívia.

A comunidade boliviana possui outras referências na cidade, como a feira da rua Coimbra, no Brás, e outros pontos de concentração de imigrantes. Além da oferta de serviços, nesses lugares também se trocam informações sobre encomendas de costura, oportunidades de trabalho, transferência entre oficinas, situação da fiscalização na fronteira, possibilidade de viagens entre os países etc. Assim, esses locais contribuem para que haja alguma mobilidade dos costureiros entre as oficinas. Na praça Kantuta, havia qua-

dro de anúncios de vagas em oficinas de costura, e a mão de obra era recrutada ali mesmo por donos de oficinas bolivianos e coreanos. Por causa da fiscalização da prefeitura e da ameaça de interdição da feira, esses recrutamentos não acontecem mais da mesma forma.

Outros locais importantes para os imigrantes bolivianos são o Centro Pastoral do Migrante e o Centro de Apoio ao Migrante, ambos ligados à Igreja Católica. O primeiro faz parte da Congregação Internacional Scalabriniana e o segundo foi criado pela Pastoral do Migrante, ligado à CNBB. Essas entidades prestam assistência social e jurídica aos imigrantes, como regularização de documentação, e recebem denúncias de abusos no trabalho, seja da própria vítima, seja de testemunhas. Elas encaminham as denúncias à Delegacia Regional do Trabalho, ao Ministério Público do Trabalho ou à Polícia Federal, exercendo um papel de mediação entre a comunidade boliviana e as autoridades públicas na cidade, uma vez que a relação direta com as entidades do Estado é prejudicada pela situação irregular dos imigrantes.

Esses locais são referências urbanas fundamentais para a comunidade boliviana em São Paulo. Além de oferecer serviços que permitem a manutenção de uma relação estreita com a Bolívia, informam e possibilitam contatos de emprego e transferências entre oficinas e dão acesso à assistência sociojurídica. Mas eles também oferecem contrapontos ao trabalho, como se pode ver pelas dezoito ligas de futebol de salão e mais de setecentas equipes cadastradas e pelo grande movimento de pessoas nesses locais nos dias de folga. Isso mostra sua importância para a comunidade, já que casa e trabalho estão estritamente associados. São esses lugares públicos, longe do ambiente doméstico, que permitem algum tipo de distanciamento da atividade profissional.